



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 01/2019

Data – 5/junho/2019

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

Termo – 00h00

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2019

Ao quinto dia do mês de junho/2019 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião extraordinária de junho/2019 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Apresentação do Plano Intermunicipal da Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAACMT) – Análise e Discussão;**
- 2. Ambiente e Desenvolvimento sustentável na região do Médio Tejo – Análise e Discussão**

NR

Antes da Ordem do Dia:

O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal deu as boas vindas a todos os presentes. Proseguiu com a reunião, começando por informar os presentes das faltas e respetivas substituições indicadas por alguns dos senhores deputados, respetivamente: -----

Faltas e respetivas substituições: -----

NOME	SUBSTITUTO
Jorge Rodrigues Farinha – PS da Sertã	António Antunes Xavier – PS Sertã
Mário André Balsa Gonçalves – PS do Entroncamento	Lúcia Dias Abelha – PS do Entroncamento
Maria da Luz Marques Lopes – PS de Torres Novas	Francisco Fernandes Dinis – PS de Torres Novas
João Manuel Henriques Moura – PSD de Ourém	Valdemar Pinheiro de Oliveira – PSD de Ourém
João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro – PSD de Tomar	Luís António Antunes Francisco – PSD de Tomar
Carlos Manuel da Silva Nunes – PSD de Vila de Rei	Hélder Jorge Dias Antunes – PSD de Vila de Rei



O presidente da Mesa deu conta igualmente dos deputados que teriam de tomar posse -----

NOME
António Antunes Xavier – PS da Sertã
Lúcia Dias Abelha – PS do Entroncamento
Francisco Fernandes Dinis – PS de Torres Novas

1. Apresentação do Plano Intermunicipal da Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAACMT) – Análise e Discussão ----- -----

O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra à senhora presidente da CIM que começou por referir que o PIAACMT foi aprovado pelo POSEUR, no âmbito do Eixo2 – adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos. -----
Tem a execução de duas ações: o Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas no Médio Tejo e o Plano Intermunicipal de Ação do Sector de Energia Sustentável no âmbito da adaptação às alterações climáticas (em fase final de revisão.) -----

Quanto aos objetivos referiu que se pretende: -----

- elaboração de estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas perfilando-se as estratégias municipais alicerçadas num melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação/mitigação, para posterior implementação de algumas das medidas identificadas; -----
- Identificar os ajustes necessários dos sistemas naturais ou humanos, em resposta a estímulos climáticos (observados ou projetados) com o objetivo de aumentar a resiliência desses sistemas; --
- Identificar as ações necessárias para adaptação/mitigação das alterações climáticas ao nível das populações, dos serviços públicos, bem como transversais a todos os setores socioeconómicos; ---
- promover o envolvimento da população em geral, técnicos municipais e atores locais; -----
- integração da adaptação nos processos de planeamento e decisão dos agentes municipais setoriais; -----
- captação dos técnicos municipais nesta matéria com vista à criação de uma comunidade de agentes locais. -----

Em resumo, esclareceu que foram elencadas 22 medidas/opções de adaptação às alterações climáticas, abrangendo 8 setores: agricultura, florestas e pescas; biodiversidade; energia, indústria; ordenamento do território, cidades (mobilidade); recursos hídricos, saúde humana; segurança de pessoas e bens; turismo. -----

Para o efeito de concretização das medidas foi criado o separador municipal no qual se encontram elencadas opções de adaptação prioritárias por cada município, bem como o nível de prioridade associado, alta, média ou baixa. -----

Terminadas estas notas introdutórias a empresa ENHIDRICA, na pessoa da Eng.^a Conceição, começou por agradecer a presença de todos e felicitou o dia escolhido, dado ser o dia Mundial do Ambiente. Esclareceu que o documento que hoje é apresentado a todos os senhores deputados, deve ser visto como um documento prático para uso das autarquias e da própria CIM; deve ser operativo e para o terreno. No fundo trata-se de um guião de ação em contexto de planeamento urbano. Deu conta que em seu entender ao fim de 5 anos deveria ser revisto. -----

Começou por referir os principais objetivos e atividades deste plano enunciando-as: -----

- melhorar o conhecimento da CIM do Médio Tejo sobre o fenómeno das alterações climáticas; ----
- melhorar o estado-da-arte em matéria de adaptação às alterações climáticas no Médio Tejo; ----
- fomentar uma cultura de cooperação na adaptação às alterações climáticas transversal às várias partes interessadas - municípios, população, agentes económicos, entre outros; -----
- promover a integração da adaptação às alterações climáticas em políticas setoriais; -----
- disponibilizar ferramentas e mecanismos que auxiliem a comunidade da região do Médio Tejo nos esforços da adaptação às alterações climáticas; -----
- aumentar o grau de implementação de boas práticas de adaptação por partes da CIM do Médio Tejo; -----
- contribuir para os objetivos da Estratégia Nacional de adaptação às alterações climáticas (ENAAAC

2020) e para os resultados do programa AdaPT – Adaptar Portugal aos efeitos das alterações climáticas; -----

- difundir conhecimento sobre alterações climáticas de carácter nacional e internacional. -----
Esclareceu que a elaboração deste plano tem 4 fases principais: Fase 1 – Avaliação das vulnerabilidades Climáticas atuais; Fase 2 – Avaliação das vulnerabilidades climáticas futuras; Fase 3 – Identificação, seleção e avaliação de opções de adaptação; Fase 4 – Implementação, Integração, monitorização e revisão. -----

Foram detalhados mais em pormenor, as várias fases acima referidas, entre outros aspetos mais minuciosos deste plano, o qual todos os senhores deputados tiveram acesso. -----

A senhora presidente da CIM, elencou alguns exemplos de ações em curso, as quais promovem iniciativas no âmbito da implementação das medidas preconizadas no referido plano: -----

1. Operacionalização de candidatura aprovada ao POSEUR – Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas – publico alvo estudantes desde o 1º ciclo ao secundário -----

a) Dar a conhecer os objetivos de desenvolvimento sustentável às crianças e jovens, por forma a sensibiliza-los e promover uma cidadania global ativa e uma maior consciencialização do papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, saudável e sustentável. -----

b) Pretende-se promover a reflexão e o debate sobre as alterações climáticas de forma a incutir nos jovens o sentido de coresponsabilidade e de compromisso no quadro das suas expectativas e interesses. Ações a desenvolver (10), em função/adequadas ao público alvo: -----

- App/jogo interativo
- Criação de mascote
- Exposição temporária
- Brochuras e/ou folhetos
- Fichas didáticas
- Livro didático
- Newsletter
- Website/página internet
- Concurso ideias
- Caminhadas temáticas

2. Em curso submissão de candidatura ao aviso do POSEUR – Projetos de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas. Para submissão de candidatura é obrigatório que as ações a candidatar estejam previstas no Plano estratégico para a Adaptação às Alterações Climáticas no território abrangido; -----

a) Término: a 27 de junho - Foi submetido a 28 de maio pedido de parecer APA (obrigatório) -----

b) Valor investimento total estimado 600.000€ -----

c) Exemplo ações: sombreamento de espaços públicos, sombreamento de paragens, eliminação de espécies invasoras, plantação de espécies resistentes ao stress hídrico; Substituição da utilização de água para consumo na rega de espaços urbanos através da captação de águas subterrâneas, implementação de sistema de rega inteligente nos espaços verdes -----

3. Processo de agregação de entidades gestoras -----

a) Submissão de candidatura: fecho de sistema de saneamento de águas residuais e de abastecimento de água, em baixa; redução da poluição urbana nas massas de água – valor investimento total: 40.800.000,00€, Valor elegível: 38.000.000,00€; -----

b) Submissão de candidatura no âmbito do controlo de perdas (implementação ZMC – zonas de medição e controlo, telegestão, deteção de fugas) – valor investimento – 2.650.000,00€, valor elegível: 2.425.000,00€ -----

Terminadas as intervenções, o presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra aos deputados presentes e que se inscreverem para tecerem os seus comentários. -----

Começou por usar da palavra o deputado António Ribeiro do PS de Vila Nova da Barquinha, que deveria ter sido considerada a palavra mitigação também. Comentou que um plano destes com 1500 páginas não se torna assim um documento tão operacional. Por outro lado, o documento apresenta várias conclusões, entendendo que não deveria ser assim, mas sim com uma análise final, dado que se trata de um trabalho que nunca está concluído. Referiu que os anexos não estão paginados no índice. A análise SWOT, deveria fazer referência aos fatores internos e externos.

Tratando-se de um plano de gestão considera fundamental a monitorização e a sua implementação, há que definir muito bem os indicadores. -----

Interviu de seguida, o deputado José Alho, do PS de Ourém, que referiu fazer uma abordagem muito simples, dando conta tratar-se de um documento excessivamente extenso. Felicitou todos e em especial deixou claro mostrar-se muito satisfeito com as preocupações presentes neste âmbito e que marcam o nosso futuro. Deu os parabéns pela iniciativa de hoje. -----

Usou da palavra o deputado João Simões do PS de Tomar, transcrevendo-se a sua intervenção: – “O documento tem como objetivo definir uma estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas na região do Médio Tejo, constituída por 13 municípios com diferentes valências e características. O plano inicia-se com um apanhado do quadro legal português em matéria de alterações climáticas, destacando o Quadro Estratégico para a Política Climática Nacional (QEPIC), a ENAAC 2020, o PNAC 2020/2030 e o projeto ClimAdaPT.Local. -----

Foi no âmbito deste último que foi desenvolvida a estratégia municipal de adaptação de Tomar. ---- Refere-se também o Roteiro de Baixo Carbono 2050 (ainda em elaboração). Afigura-se do maior interesse incluir o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 que está em consulta pública até hoje, 5 de junho. -----

A metodologia seguida no Plano é semelhante à das estratégias municipais: ADAM (Apoio à decisão em Adaptação Municipal), dividindo-se nas seguintes fases: **1. Caraterização do fenómeno alterações climáticas e diagnóstico identificando as vulnerabilidades atuais** - Neste capítulo (4) faz-se a caraterização dos municípios que integram a CIM do Médio Tejo. A matriz SWOT do Médio Tejo está bem construída, sendo importante destacar como desafios para esta região a desertificação humana, que pode levar a descontrolo na gestão do território florestal e consequentemente a incêndios florestais. -----

No perfil climático do Médio Tejo, as figuras 5 e 6 deveriam evidenciar a região em causa, para se perceber melhor as suas caraterísticas e diversidade climática (ou não). A qualidade das imagens também não é boa, não se percebendo a legenda. -----

São apresentadas evoluções apenas para o cenário RCP8.5, que é o mais gravoso. Como termo de comparação, deveria considerar-se também o cenário RCP4.5. Isto é particularmente importante para análise da precipitação, uma vez que os modelos têm uma grande variabilidade. -----

Na identificação das vulnerabilidades atuais (capítulo 5), podia fazer-se uma análise da precipitação, uma vez que os modelos têm uma grande variabilidade. -----

2. Identificação das vulnerabilidades climáticas futuras de acordo com os modelos de previsão e cenários elaborados - Na identificação das vulnerabilidades futuras, só é considerado um modelo regional. Deviam ser considerados mais modelos e/ou ensemble de modelos que se tenha provado terem bom desempenho para Portugal e, em particular, para a região do Médio Tejo. -----

Neste capítulo são apresentadas duas trajetórias de concentração do CO2: RCP4.5 e RCP4.8, o que permite ter uma ideia de incerteza dos resultados do modelo. -----

A ficha climática do Médio Tejo resume bem os capítulos anteriores. -----

3. Caraterização das ações a implementar para colmatar as vulnerabilidades existentes e previstas, com prazos e prioridades - As opções de adaptação apresentadas no capítulo 7 são bastante gerais. Na área dos recursos hídricos, deveria ser dado destaque à barragem de Castelo do Bode, que representa uma importantíssima fonte de água potável para a região e para o país. -----

As medidas são apresentadas uma a uma, indicando o seu tipo, âmbito, setores-chave, contexto, objetivos, atividades, barreiras, resultados, custo (escala quantitativa), indicador, responsável, outros agentes, prazos, possível financiamento. Seria importante e útil ter um intervalo de valores total global dividido por curto, médio e longo prazos. Só na monitorização e revisão é que há uma previsão mais rigorosa de implementação. -----

Salienta-se a importância de trabalhar em conjunto com os municípios e garantir que este plano é integrado e tido em consideração nos planos municipais, em particular, PDM. -----

4. Implementação, integração, monitorização e revisão do Plano - Nada a assinalar. -----

Cadernos Temáticos para cada um dos 8 setores prioritários: Agricultura; Florestas e Pescas; Biodiversidade; Energia e Indústria; Ordenamento do Território e Cidades; Recursos Hídricos; Saúde Humana; Segurança de pessoas e Bens; Turismo. - É feita uma breve caraterização do setor, são identificadas as principais alterações climáticas projetadas para a região, principais consequências para o setor e principais medidas de adaptação. No fundo, apresentam a informação do plano, mas por setor. Assim, como já tinha referido, na minha opinião, as medidas são muito genéricas e podiam ser mais concretas e aplicadas a zonas por setor. Mas também é referido que

"cabe à CIMT no seu papel de entidade com responsabilidade supramunicipais, definir as linhas orientadoras para a adaptação na região". -----

Terminada esta intervenção foi colocada uma questão pelo deputado Paulo Constantino, do PS de Vila Nova da Barquinha, não percebendo porque a seca só é referida uma vez, qual a razão de ser apresentado apenas 3% das ocorrências da seca. -----

O deputado Paulo Brito do PSD de Vila de Rei, também comentou as 1500 páginas do documento, referindo ser de facto muito extenso, esperando que o documento fosse bem mais pequeno. Alertou que no documento não estava plasmado o orçamento (quantificação orçamental, indicadores quantificados, perceber qual o impacto na redução de CO2). Deu conta das reuniões que têm havido no âmbito do hidrogénio, esclarecendo a região do Médio Tejo é pioneira neste âmbito e que isto deveria ser referido no plano apresentado. -----

O deputado Manuel Filipe, do PS de Torres Novas, saudou todos os presentes fazendo alguns comentários. Deu como exemplo a possibilidade do aproveitamento dos rios, a captação de água, um tema sensível. Focou a necessidade de mudarmos o nosso estilo de vida. -----

António José Mascarenhas, deputado do PSD do Entroncamento, refere que o plano tem muitos obstáculos, questionando como se implementa de certa forma um plano destes. -----

Terminadas todas as intervenções, a Eng.ª Conceição da ENHIDRICA referiu que o documento de facto é extenso, mas têm de ser abordados muitos aspetos e nem sempre é fácil reduzir os temas e a informação. Comentou que foi um trabalho que também teve alguns constrangimentos, pois as autarquias nem sempre enviavam os contributos solicitados dentro dos prazos estabelecidos, o que também dificultou muitos aspetos. Referiu que a seca é uma variável e resulta do aumento das temperaturas, sendo este tema da seca tratado de uma forma indireta. Referiu também que a legislação é um fator importante, mas o envolvimento do executivo é fundamental. -----

A senhora presidente da CIM esclareceu que as autarquias muitas das vezes não respondem dentro dos prazos porque não temos competências nem pessoas a trabalhar para estas matérias. As novas exigências de hoje, não estão no quadro de pessoal das câmaras. Defendeu a importância do papel dos executivos neste âmbito, considerando ser fundamental, bem como, cada vez mais nos temos de preocupar com as questões ambientais. -----

2. Ambiente e Desenvolvimento sustentável na região do Médio Tejo – Análise e Discussão -----

O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal e no que diz respeito a este ponto da ordem de trabalhos, questionou quem se queria inscrever usar da palavra. Interveio a deputada Joana Ramos, do PSD do Sardoal que começou por elogiar a atitude desta CIM, em especial no dia de hoje através da utilização de copos de vidro em detrimento dos habituais copos de plástico até então usados. Mais uma atitude de louvar! Deixou algumas propostas em cima da mesa: -----
a criação de um dia com menos água; nas escolas abolir tudo o que é plástico, dando como exemplo os bochechos de fluor que os miúdos fazem poderem ser feitos em outros copos; a possibilidade de ser produzido um filme, eventualmente pela CIM sobre esta matéria "curto e incisivo", a passar nas escolas da região no mesmo dia e à mesma hora; mudança dos hábitos alimentares. Terminou contando algo que já se faz no Japão e que poderíamos pensar em replicar. Já é reciclada no Japão a água da lavagem das mãos quando utilizamos as casas de banho, sendo esta água aproveitada para o uso e as descargas dos autoclismos. -----

Interveio o deputado João Simões do PS de Tomar. Transcreve-se a sua intervenção: "Vimos apresentar ideias para o ponto 2 da ordem de trabalhos, Ambiente e Desenvolvimento sustentável na região do Médio Tejo, e sugerir as seguintes propostas: -----

- Fomentar o respeito pelo património natural e cultural dos municípios integrantes da região do Médio Tejo, estimulando o conhecimento dos valores naturais de cada concelho pelos habitantes e pelos visitantes, através da criação de corredores verdes. Toda a zona integrada nesses corredores deve estar interligada, ser facilmente acessível a pé, ter sinalética apropriada e painéis de divulgação de riqueza ambiental e ter recursos pedestres disponíveis no site de cada câmara municipal e CIMT; -----

- Sensibilizar a população para a limpeza urbana, disponibilizando caixotes do lixo grandes e com cinzeiro nas zonas mais movimentadas e centros históricos dos municípios e criar a campanha

“copo de cerveja e ponta de cigarro é no lixo” para que o respetivo concelho se apresente limpo aos habitantes e aos visitantes. -----

Nas várias esplanadas em espaço público deve exigir-se aos seus proprietários a sua limpeza e também que colaborem com cada município na divulgação das campanhas de sensibilização à limpeza. -----

- Salvaguarda do diálogo entre todos os municípios para preservar o património natural e cultural comum na procura de soluções conjuntas (p. exemplo, despoluição dos rios e suas margens e manutenção da nascente até à foz e despoluição e manutenção dos seus afluentes), exigindo do Poder Central que participe com as autarquias envolvidas nesses trabalhos. -----

- Revitalizar a economia e comércio locais, criando uma marca Eu compro “Made in”... de produtos agrícolas, vinícolas e de artesanato- Incentivar a visita aos Mercados Municipais de cada concelho como ponto de referência de produtos produzidos nas freguesias desses concelhos e recuperar as feiras semanais de produção biológica em articulação com os mercados municipais. -----

- Apostar nas energias renováveis, nomeadamente no setor fotovoltaico, com a instalação de painéis em edifícios camarários e de interesse municipal para reduzir a pegada de carbono da região do Médio Tejo, em articulação com os projetos do médio tejo 21 de aumentar a eficiência energética dos edifícios públicos, das PME e das piscinas e outras infraestruturas municipais. -----

- Desenvolver uma estratégia para o turismo sustentável no Médio Tejo que privilegie o turismo rural, o turismo ambiental e do património cultural e a valorização do património histórico-cultural dos municípios integrantes. -----

- Apostar na mobilidade sustentável, com incentivos e reforço da ferrovia tão importante para o município do Entroncamento. -----

O deputado Paulo Constantino do PS de Vila Nova da Barquinha abordou a revisão da Convenção da Albufeira de Castelo do Bode para a gestão de água em condições de seca. -----

Intervenção Márcia Caldeira Nunes, do PSD Sertã, que se transcreve: “Com o primeiro reator a funcionar desde 1981, a manutenção do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz, localizada a cerca de 100km da fronteira portuguesa (Cáceres, Espanha) e refrigerada via Rio Tejo, é um real perigo para cidadãos portugueses e espanhóis. -----

Várias entidades têm denunciado as falhas nos sistemas de segurança da Central Nuclear, que poderão despoletar eventos nocivos ao nível do incidente em Fukushima (Japão). Sabe-se ainda que a Central Nuclear de Almaraz deveria, atendendo à vida útil dos reatores e das instalações, ter sido desativada em 2010, prazo que tem progressivamente sido alargado, aumentando o risco de uma verdadeira tragédia e fechando os olhos aos consecutivos incidentes verificados. É ainda alarmante não terem sido verificadas as condições para que a Central ultrapassasse situações de fenómenos naturais – como um terramoto – sem que isso prejudique o seu normal e seguro funcionamento. Foram, entretanto, tornados públicos casos de relatórios de auditorias de segurança adulterados. -----

De salientar ainda que a mesma água que arrefece os reatores de Almaraz entra em Portugal via distrito de Castelo Branco. Vila Velha de Ródão será o primeiro conglomerado populacional português a ser afetado pelas águas radioativas que percorrerão o seu caminho até Lisboa, onde desagua o Tejo. -----

Os vários avisos feitos por parte dos pescadores, no que toca à morte dos peixes, à poluição verificada e ao aumento da temperatura das águas, que provocam grandes alterações nos habitats naturais que a contêm, têm sido claramente negligenciados. A defesa do interesse dos portugueses, da fauna e da flora do Tejo Internacional são temas sérios demasiado importantes para serem debatidos com tamanha levandade. Falamos de Saúde Pública, de Segurança Nacional, de milhares de vida que estão em risco. -----

Em abril de 2019, a Comissão Parlamentar do Ambiente – em visita a Castelo Branco e Vila Velha de Ródão – reforçou a sua preocupação relativamente ao acordo do prolongamento de operação de Almaraz para além dos 40 anos. -----

O acordo entre as elétricas Iberdrola, Endesa e Naturgy pressupõe um investimento de 400 a 600 milhões de euros, de forma a que Almaraz funcione pelo menos até 2028, sem qualquer garantia sobre efeitos e datas efetivas das intervenções. -----

No Dia Mundial do Ambiente e estando todos os Concelhos presentes em Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo para discutir o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAAC-MT), informamos os Srs deputados que na próxima reunião deste órgão, será apresentada Proposta de Recomendação à Comunidade Intermunicipal. Pretende-se que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tome uma posição concertada e de pressão junto do Governo Português pela desativação, encerramento e desmantelamento responsável da Central Nuclear de Almaraz. -----

Desta posição deve ainda ser dado conhecimento a todas as CIM, de forma a que também elas possam ter oportunidade de se juntar a voz que quer proteger o Tejo e, acima de tudo, proteger os portugueses. -----

João Matos Filipe, deputado do PS de Mação referiu que para se estudar o Tejo e a Barragem do Alvito, o governo deverá apresentar um relatório. Sugeriu que as CIM's pudessem participar, devendo o governo ter o papel de nos incluir nos grupos de trabalho. -----

João Simões, deputado do PS de Tomar, mostrou-se de acordo com os documentos enviados para todos no que diz respeito ao ProTejo, considerando que quanto ao primeiro documento, este deveria ter um estudo associado. -----

Luís Antunes, deputado do PS do Entroncamento realçou a energia das ondas e das marés. Deu conta da importância da valorização da sustentabilidade ambiental. -----

António Mascarenhas, PSD do Entroncamento interveio também no âmbito das obras do Tejo, referindo estar tudo parado até então, e que nunca mais foi visto com uma bacia hidrográfica, referindo ser a maior de todas. Referiu que ambiente e desenvolvimento sustentável não se podem separar. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos deputados presentes, o presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. -----

RR

